

Cultura material Nambiquara: em busca de ressignificação e sentido

Francisco Clébio Pinheiro¹

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho procura discutir elementos relacionados à cultura material indígena a partir da realidade e visão dos povos Nambiquara, tendo como base os grupos Halotesu e Sawentesu, que residem no município de Comodoro/MT. A escolha deste recorte se deve ao fato de que o autor reside nesta cidade, é professor e trabalha com estudantes indígenas que estudam em escola não indígena. Este estudo possibilitou o contato, interação e conhecimento de parte da cultura produzida por estes grupos, o que permitiu a descoberta da riqueza presente na tradição destes povos. A partir de então procuramos estudar e compartilhar estes dados no campo acadêmico para que as pessoas possam conhecer, valorizar e dialogar com esta realidade.

Primeiramente vale salientar que a proposta de discutir a temática na visão dos povos indígenas selecionados engloba a forma de ver o mundo, tendo como base a realidade dos acontecimentos que integra o modo de vida à visão mitológica. Neste sentido, os indígenas elaboram argumentos para fundamentar estas concepções e as apresentam como se de fato fossem reais e, assim, notamos que as fronteiras demarcadoras deste campo de estudo perpassam para além do limite físico.

Esta tarefa é bastante desafiadora pois fazer uma leitura de outra cultura requer um olhar e análise criteriosa para permitir que os elementos sejam apresentados sem interferência na análise dos dados.

¹ Doutorando em História pela Universidade de Passo Fundo. Mestre em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2014), Especialista em Didática do Ensino Superior pela Faculdade de Ciências Biomédicas de Cacoal (2012), Especialista em Sociologia e Licenciado em História pelo Centro Universitário Claretiano (2016), Bacharel em Filosofia pela Universidade do Sul de Santa Catarina (2013), Licenciado em Filosofia pela Faculdade Católica de Rondônia (2011). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9232722519341039>. E-mail: franciscoclebio@gmail.com

2 DESENVOLVIMENTO

A ciência por muito tempo com seus métodos eurocêntricos de estudos silenciou grande parte da participação cultural dos povos originários em seus debates. Ultimamente diferentes estudos buscam dialogar com esta realidade procurando demonstrar novas formas de conhecer.

Neste sentido, faz-se necessário olhar e pensar a realidade tendo como critério a diversidade de conhecimentos e saberes propostas por Santos e Meneses (1940, p. 45), que afirmam: “[...] tem como premissa a ideia da diversidade epistemológica do mundo, o reconhecimento da existência de uma pluralidade de formas de conhecimento além do conhecimento científico”. É preciso considerarmos que há uma diversidade de produção cultural para além do alcance dos conhecimentos científicos e que são formas de olhar o mundo a partir de outro ponto de vista cultural. Assim, quando falamos dos povos nativos estamos adentrando a um campo vasto de saberes e conhecimentos milenares pouco estudado por especialistas. Portanto, procuramos reconhecer e considerar esta diversidade epistemológica presente na cultura dos povos originários, com suas formas de pensar e viver no mundo a partir de suas tradições.

A organização dos povos originários no Brasil é milenar e apesar de não constar registros escritos no período que antecede a este processo, sabemos por fontes históricas atuais que existiam formas de vida e organização social de acordo com o estilo de vida de cada povo, como salienta Baniwa (2019, p. 197-198): “[...] povos indígenas são aqueles descendentes de povos que habitavam o continente americano muito antes da conquista europeia e que continuam vivendo segundo suas próprias instituições sociais, econômicas, culturais, religiosas e políticas.”

Por outro lado, o processo de colonização interferiu diretamente na cultura material indígena pois foram obrigados a saírem do habitat natural para viverem conforme os interesses dos colonizadores. Após as demarcações territoriais, os povos originários que viviam nas florestas e tinham forma própria de vida foram obrigados a se adaptarem às imposições territoriais demarcadas pelo Estado.

Para Ramose (2009, p. 153):

[...] Sustentando o direito aos novos territórios recém-adquiridos a partir do muito questionável ‘direito de conquista’, a colonização aboliu a maior parte das fronteiras existentes fora da Europa. A colonização, neste sentido, não apenas ameaçou, mas extinguiu, de facto, a soberania das populações indígenas conquistadas.

A região específica deste estudo é denominada de Chapada dos Parecis² e comporta a terra indígena Nambikwara ou Nambiquara do Cerrado, habitada por povos denominados Kithãulhu, Halotesu, Sawentesu, Wakalitesu, Niahlosu, Siwaihsu, Hinkatesu (COSTA, 2008). Diante da abrangência do campo de estudo procuramos delimitá-lo às regiões habitadas pelos povos Halotesu e Sawentesu, no município de Comodoro/MT. Sendo assim, a seleção destes dois povos se deve à facilidade do contato e convivência do pesquisador com integrantes destes grupos.

Na busca de dialogar sobre a localização do nosso campo de estudo, apresentamos uma contextualização da cidade de Comodoro/MT. Em relação à origem do município mencionamos Vieira (2021, p. 55):

A região que deu origem a Comodoro era habitada inicialmente pelo povo indígena Nambikwára, que ainda hoje tem grupos na localidade vivendo tanto na cidade, como em reservas federais delimitadas por força de Leis Federais. O povo indígena Enáwené-nawe, também conhecido pelos “homens brancos” como Salumã, residiam em parte do território que atualmente compõe o município de Comodoro e hoje, estas duas etnias somadas aos indígenas do Vale do Guaporé, ocupam cerca de 61% do território do município.

² A terminologia Chapada dos Parecis nesta pesquisa tem o mesmo sentido de Nambiquara do Cerrado.

A escolha dos indígenas Nambiquara para esta pesquisa se deve ao fato de estarem na base do povoamento da região. No contexto atual estes povos originários habitam grande parte do território comodorenses, seja morando em aldeias demarcadas pelo Estado ou na própria cidade e conservam grande parte das tradições culturais, bem como também muitos procuram se adaptar às novas realidades que surgem principalmente do mundo tecnológico.

Segundo Costa (2019) a criação do município foi regulamentada pela Lei nº. 5.000, do Deputado Estadual Antônio Francisco Monteiro, em 13 de maio de 1986. Esta mesma autora ainda faz referência ao fato que marcou o começo da colonização que foi a criação das linhas telegráficas coordenadas por Marechal Rondon, o que fez impulsionar a expansão das cidades que se encontravam nas proximidades da BR 364, com objetivo de interligar o Amazonas às demais localidades do Brasil. Por conseguinte, o caminho aberto por Marechal Rondon propiciou a habitação de grupos não indígenas na região. O processo de ocupação posterior da localidade foi registrado pelo IBGE (2017):

Sendo um Município de grandes dimensões, Comodoro era habitada por uma antiga aldeia dos índios Nambikwára, as terras do atual Município, assim foram desbravadas pela comissão de Rondon e iniciou o povoamento graças aos incentivos fiscais, empréstimos e programas do Governo Federal. Em 1983, José Carlos Piovezan, dono de extensa área de terras na região, organizou uma empresa imobiliária com fins de loteamento. Surgiu então Comodoro, que, em 1985, foi elevado a Distrito. Em 1986, foi criado o Município, desmembrando-se de Vila Bela da Santíssima Trindade.

A partir da década de 80 as primeiras famílias habitaram a região de Comodoro juntamente com outras que foram chegando ao decorrer do processo de colonização. A cidade está localizada num ponto estratégico e é fruto das políticas do Governo Federal, como afirma Vieira (2021, 66):

Comodoro é um “produto” dessas políticas desenvolvimentistas daquela época. É, pois, um município localizado na divisa entre os estados de Mato Grosso e Rondônia e às margens da BR-364/174, este era o local de passagem dos migrantes que se deslocavam das regiões Sul e Sudeste do Brasil para as regiões Centro Oeste e Norte do país entre as décadas de 1970 e 1980. Nesse período, a localidade começa a ganhar autonomia com a constituição de distritos oficializados pelos decretos-lei. Novo Oeste, Nova Alvorada, Padronal e Comodoro são alguns dos distritos que se formaram durante este período, culminando com a consolidação do município de Comodoro em 1986

A população atualmente conforme censo de 2010 é de 18.178 pessoas, com densidade demográfica de 0,84 hab/km². Apesar do invasivo povoamento dos não indígenas na localidade, ultrapassando as fronteiras dos nativos, a cidade de Comodoro permanece com expressivo número de indígenas que conseguiram conservar parte de suas tradições e festividades, como vemos a seguir este evento em parceria com a Prefeitura Municipal de Comodoro, realizado no ano de 2019, não ocorrendo posteriormente devido a pandemia COVID 19. As festas realizadas durante o período da pandemia não foram abertas ao público externo.

A comunidade indígena Nambikwara, do Cerrado e do Vale do Guaporé, em Comodoro comemoram o Dia do Índio com festa nas aldeias, a programação organizada pela Prefeitura Municipal, por meio da Secretaria de Educação e Turismo (SEMEC), teve início na terça-feira (16.04) sendo três dias de festividade. (COMODORO, 2022).

Para exemplificar as marcas que os povos indígenas selaram na constituição de Comodoro destacamos a menção ao nome da etnia no Hino do Município: “Ventre que abriga culturas, Sem deixar que fujam de ti, Enobrecendo constantemente, aos nhambiquaras e parecis.” (COMODORO, 2022). Evidenciamos que esta referência feita aos povos indígenas no hino é importante, porém o enobrecer precisa sair da dimensão teórica e partir para a realidade concreta de vida dos indígenas no sentido da valorização cultural destes povos procurando superar o preconceito ou qualquer forma de discriminação.

Além disso, o brasão do Município de Comodoro apresenta um elemento da cultura indígenas com maior visibilidade que é o cocar, como vemos na figura a seguir:

Figura 2: Brasão do Município de Comodoro



Fonte: Comodoro, 2022.

Na cidade de Comodoro existem diferentes etnias dos Nambiquara espalhadas por várias localidades do município. Esta pesquisa se limita especificamente à cultura material dos indígenas Halotesu e Sawentesu, que têm estudantes que cursam o Ensino Médio na Escola Estadual Dona Rosa Frigger Piovezan.

Após esta delimitação do objeto de estudo destacamos que a origem do nome Nambiquara foi “[...] emprestado do Tupi-guarani, que significa orelha

furada, qualificando-os, então, de forma definitiva.” (COSTA, 2000, p. 60). E tem como elemento identificador dos grupos “[...] o costume de dormir do chão, ao redor da fogueira.” (COSTA, 2000, p. 76). No campo específico, apresentamos a origem etimológica dos dois grupos pesquisados: Halotesu na língua portuguesa significa campo. São os indígenas que moram no cerrado, o campo aberto. Já Sawentesu quer dizer floresta, para aqueles que se encontram próximos às florestas ciliares. (COSTA, 2000).

Os grupos Halotesu e Sawentesu apesar de serem diferentes pertencem à mesma etnia Nambiquara, e cada grupo conserva língua e costumes semelhantes, bem como parte da tradição cultural que restou dos grandes ataques promovidos pelos colonizadores. Segundo Reesink (2015, p. 124): “Todos sofreram de alguma maneira de tentativas de genocídio, etnocídio e ‘linguicídio’”.

Estes dados nos permitem analisar o quanto o poder dominante interferiu nas regiões habitadas por grupos nativos a ponto de impor seus interesses de acordo com as necessidades do avanço no processo de colonização. Os indígenas eram vistos como empecilhos ao desenvolvimento, por isso, deveriam ceder de forma forçada seus territórios para os dominadores.

Nota-se, portanto, que a interferência de não indígenas causou alterações violentas na própria organização social destes povos, pois foram reduzidos com o avanço populacional dos colonizadores, como verificamos a seguir:

Estimativas demográficas apontam que por volta de 1500, quando da chegada de Pedro Álvares Cabral à terra hoje conhecida como Brasil, essa região era habitada pelo menos por 5 milhões de índios. Hoje, essa população está reduzida a pouco mais de 700.000 índios em todo Brasil [...] (LUCIANO, 2006, p. 27).

Por outro lado, a própria Constituição Federal de 1988 garante que os indígenas tenham suas tradições, culturas e territórios protegidos e respeitados pela União, conforme afirma BRASIL (1988):

Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os *direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.*

§1º - *São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.*

Sendo assim, a Carta Magna do Estado estabelece a reponsabilidade da União em respeitar e cuidar de todos os bens culturais destes povos, assim como proteção aos costumes e tradições dos povos originários. Nota-se que esta determinação vai além da questão territorial, pois engloba a dimensão cultural, como por exemplo: língua, cultura e tradição. Mas na prática em determinadas situações a lei não é respeitada e os não indígenas dominam e exploram as terras e riquezas dos indígenas, sem importar com as organizações existentes na estrutura da vida destes povos.

Ao decorrer da história os indígenas tiveram que reafirmar a identidade étnica e romper com os preconceitos, como escreve Brighenti (2015, p. 156). “Os indígenas buscaram quebrar a fronteira étnica reafirmando a própria identidade: Ao afirmar a identidade na fronteira étnica, os indígenas desejavam romper com o ideário brasileiro de incapacidade e inferioridade do índio perante os demais cidadãos.”

As culturas indígenas apresentam formas de vida e organização social que diferem das concepções dos colonizadores, pois buscam viver interligados com a natureza e seus antepassados. Nesta relação com os não indígenas, exploradores de sua territorialidade, foram obrigados a adotarem novas práticas de sobrevivência que interferem diretamente na cultura material. Esta discussão é apresentada por Costa (2008, p. 28)

A fronteira existente entre os índios e aqueles que chegaram de diversas partes do país, com propósitos distintos, caracterizada por um referencial geográfico específico, eminentemente cultural, representa um território que se sobrepõe ao oficial, com interesses antagônicos; a superposição desses territórios responsabilizou-se pela emersão dos conflitos, mas, por outro lado, obrigaram os Nambiquara criar e recriar práticas como estratégias de sobrevivência.

Além disso, na cultura indígena observamos constantemente narrações míticas que corroboram a relação animista destes com a natureza e com outros seres, como por exemplo o mito da criação³ em que os animais são responsáveis

³ Existem diferentes versões desta narrativa, mas registramos aqui a registrada por PEREIRA (1983, p. 9-11): “Dentro de uma pedra preta muito dura e parecida com um urubu de chifre, vivia o povo nambikwára alegre, sem doença e sem morrer. E essa pedra o rio não levou. O zogue-zogue ouviu os nambiquaras falando dentro da pedra. Ficou ali perto esperando o pessoal sair. Mas nunca saía. Com isso, zogue-zogue apanhou tanto sol, que ficou com as costas vermelhas. Chegou uma cutia e o zogue-zogue contou que tem dentro daquela pedra tinha gente. A cutia começou a roer a pedra, mas quebrou o dente e foi embora. Chegou a paca, roeu mais e quebrou o dente também. Veio a anta e bateu o pé com força na pedra. Destroncou o pé e largou. Apareceu o tatu-peludo e foi experimentar também. Quebrou a unha e falou para o tatu-canastra: - agora você: sua unha é muito grande e dá de quebrar essa pedra. O tatu-canastra começou arranhar a pedra, mas entortou a unha e foi embora. Veio o cágado e foi rolar a pedra com casco. Rolou até o casco chegar na carne e foi embora também. Chegou ainda o beija-flor-preto. Bicou, mas logo já quebrou o bico. Veio mais urubu. Voou lá de cima, bateu na pedra, mas nada também de rebar. - Não tem jeito mesmo de quebrar essa pedra! disse o zogue-zogue. Foi quando chegou urubuzinho e falou para os animais que tentaram abrir a pedra: eu vou rachar essa pedra e saiam de perto, senão as lascas podem matar vocês! Os animais saíram. O urubuzinho pegou a espada de madeira, voou bem lá para cima, desceu de lá e bateu espada de madeira com toda a força na pedra, igual a um raio. Agora a pedra rachou no meio e as duas bandas caíram de lado. [...] Os nambiquara apareceram, mas surdos por um tempo, por causa da pancada na pedra. Os animais voltaram para ver. O cágado tu disse para o urubuzinho: - Você tem mais força do que nós! O urubuzinho tirou um casal de nambikwára novo da pedra e fez um ranchinho

por quebrar a pedra em que os Nambiquara se encontravam lá dentro e distribuí-los em seus territórios. (COSTA, 2008).

Nota-se que para os povos originários as perspectivas culturais que abrangem questões do mundo real estão interligadas ao mítico-religioso. Esta capacidade de estabelecer a ligação da realidade com o transcendente fica a cargo do “*wanintesu*”⁴ que proporciona elementos capazes desta conexão imaginária. Dentre estes, destacamos a sua função de dirigir as almas dos que faleceram ao local específico: “Cabe também ao *wanintesu* conduzir à Montanha Sagrada as almas daquelas pessoas que acabaram de falecer.” (COSTA, 2008, p. 390).

As pessoas que partiram desta vida são conduzidas ao local denominado também de “Casa das Almas”. Sendo assim, nota-se, portanto, que a noção de territorialidade aparece intrinsecamente interligada à dimensão transcendente. Para além da questão física, esta dimensão da cultura se fundamenta em concepções sagradas que tem como base *Danasununsu*⁵. Esta terminologia é empregada para representar a divindade dos Nambiquara. Este é responsável por tudo que acontece na vida dos indígena e prima pela alegria, bondade e beleza. Se for feito o contrário poderão receber castigos. Ele tem o poder da escuridão e do dia, bem como guarda em sua memória as ações de todos os seres humanos (COSTA, 2008).

A partir desta visão cultural mais ampla que caracteriza o modo de vida dos povos tradicionais na perspectiva mítica, elencamos a partir de agora objetos que são próprios da cultura material indígena. Sobre esta temática Costa (2009) fez um levantamento especificamente voltado aos Nambiquara. Segundo esta pesquisadora há uma vasta produção de artefatos podendo ser identificados uma quantidade de cento e dois, dentre eles destacando-se nove categorias: “cerâmica, traçados, cordões e tecidos, adornos plumários, instrumentos musicais e de sinalização, armas, utensílios e implementos de madeira e de outros materiais e objetos rituais, mágicos e lúdicos.” (COSTA, 2009, p. 27).

para o casal. Depois tirou outros casais mais velhos e mandou cada grupo morar em seus lugares. Mas ainda restou gente lá dentro da pedra e hoje ainda está lá.”

⁴ A palavra *wanintesu* pode ser traduzida na nossa língua por pajé. Conferir o emprego da terminologia em Costa (2008, p. 31).

⁵ Terminologia empregada na língua indígena que pode ser traduzida para a nossa língua no sentido de o deus supremo dos Nambiquara, conhecedor de todas as coisas.

A autora comenta ainda que esta totalidade de artefatos jamais será encontrada numa mesma casa e que são produzidos conforme as necessidades de cada indivíduo ou aldeia. Também constatamos como elemento presente na cultura a generosidade que possibilita permuta, empréstimo ou doação desses objetos. Além disso, com raras exceções os bens não são privados e sim coletivos, demonstrando assim a dimensão da coletividade, pois mesmo que tenha sido produzido para uso próprio pode ser estendido a todos.

Diante da visão individualista que vivemos na atualidade em que muitas pessoas não conseguem pensar no próximo, esta experiência cultural nos faz ressignificar o sentido da vida comunitária e de pensar nas necessidades do outro. Faz parte da cultura indígena emprestar ou doar o que o outro precisa, pois não há preocupação em acumular bens. Segundo Costa (2009, p. 28) “[...] o avarento não tem lugar na sociedade Nambiquara.”

Dentre os principais artefatos destacamos o cesto cargueiro que na língua Nambiquara recebe o nome de “*Hatishu*” ou “*Hatibimtesu*”. Este objeto é feito pelos homens a partir de talas de taboca e transportado pelas mulheres. O surgimento deste objeto está interligado à visão mitológica, como destaca Costa (2009, p. 61).

A mitologia Nambiquara indica que o certo-cargueiro foi construído por duas espécies de tatu: o tatu-liso e o tatu-cascudo. Enquanto o tatu-liso trançava o cesto, o tatu-cascudo observava-o atentamente. Por alguns instantes, o tatu liso deixou o cesto de lado para descansar, à sua maneira. Ao acordar, o tatu-liso, mesmo percebendo a diferença do traçado, pediu para finalizar o traçado. Assim, as partes inferior e superior assemelham-se ao casco do tatu-liso, enquanto parte central apresenta-se igual ao casco grande do tatu-liso, enquanto parte central apresenta-se igual ao casco do tatu-cascudo, com formas pequenas e redondas. o tatu, independente da espécie, traz em seu casco a marca do traçado do cesto.

Nesta pesquisa o que nos interessa é que o certo cargueiro existe, faz parte da cultura material e é fabricado na atualidade. Este cesto tem uma presença marcante na vida dos indígenas Nambiquara porque demarca a quantidade de objetos que eles devem transportar quando se mudavam de uma localidade para outra. Nele colocavam tudo o que possuíam, assinalando assim uma vida de despojamento.

Além disso, a noção de cultura indígena difere da posse de bens materiais, pois segundo Costa (2002), um indígena acredita que só pode possuir os bens que cabem em um “*batisu*” (Cesto Cargueiro). O artefato citado também presencia a chegada da velhice, de forma que o homem já não consegue mais trazer a caça abatida a sua comunidade e a mulher não consegue levar a lenha até a aldeia.

No campo da cultura Nambiquara destacamos como importante elemento a flauta mágica que tem o seguinte sentido simbólico:

No “tempo de antigamente”, *kaninaitã*, os Nambiquara não conheciam a agricultura, que só surgiu graças à interferência de uma criança, wênsu. Viviam da caça, pesca e coleta de frutos, tubérculos e insetos. De acordo com o mito da agricultura, um menino saiu para caçar com o seu pai e, no meio do caminho, pediu para que ele o deixasse sozinho e só retornasse após uma lua, *ilakisú*. Passado esse tempo, o pai, junto com seu avô, tio, primos e irmãos, retornaram ao local onde o havia deixado. Para a surpresa de todos encontraram uma grande roça, *huitsxu*. O menino havia se transformado em plantas úteis e comestíveis, cujo corpo é representado pela flauta de bambu e sua alma por uma melodia. O espírito do menino reside no solo, no subsolo e no ritual das flautas sagradas, velando pelo bem-estar dos Nambiquara. Os índios, ao tocarem esses instrumentos, clamam por sua presença.

Esta citação apresenta elementos mitológicos, porém este estudo se interessa pela flauta que é um objeto material concreto que continua sendo fabricado pelo grupo até hoje. Há uma estreita ligação dos homens com este instrumento chegando ao nível de humanização, pois ao se alimentarem eles também alimentam as suas flautas com a chicha. Este procedimento é realizado somente no momento em que estão utilizando o instrumento.

Segundo Costa (2008, p. 114):

Com extremo respeito, quando fora de uso, devem ser guardadas em segredo das mulheres. Podem ser enroladas em cobertores e escondidas em algum lugar da mata de galeria, próximo à roça, ou em uma casa destinada especificamente à cerimônia de veneração ao menino.

É importante destacarmos que na cultura Nambiquara as mulheres não podem ver este instrumento ou tocá-lo. Não há problema se elas verem uma foto de homens tocando a flauta, mas o objeto material em si elas não podem ver e nem tem o contato físico.

Outro costume da cultura que se destaca é o de aquecer-se na fogueira e também alimentar-se das sobras de comidas do dia anterior. Há, porém, uma diferença nos hábitos dos homens que saem para caçar e das mulheres que ficam para preparar os alimentos.

Os Nhambiquara acordam com a dia, reanimam a fogo, esquentam-se mais ou menos do frio da noite, depois se alimentam ligeiramente das sobras da véspera. Um pouco mais tarde, os homens partem, em grupo ou separadamente, para uma expedição ao de caça. As mulheres ficam no acampamento, onde cuidam da cozinha. Tomam o primeiro banho quando o sol começa a subir. As mulheres e as crianças frequentemente banham-se juntas, por brincadeira, e as vezes acendem um

fogo, diante do qual se acocoram para se reconfortar ao sair da água, exagerando engraçadamente um tremor natural. Outros banhos se darão durante o dia. (LÉVI-STRAUSS, 1957, 297).

Notamos, portanto, que o modo de vida determina em grande parte o emprego dos bens materiais na cultura Nambiquara. Por exemplo, os homens que saem para caçar usam arco e flecha, bem como dominam as técnicas do curare. Já as mulheres além de cuidarem da casa exercem funções específicas, como afirma Costa (2002, p. 77): “[...] e, juntamente com as crianças, seguem em andança pelos campos, percorrendo as trilhas, indo em busca de frutinhas, insetos (gafanhotos, formigas, e outros) e algum vegetal empregado na elaboração de remédios.” Para realizar estas atividades elas se utilizam do cesto-cargueiro que já foi apresentado anteriormente.

Neste estudo notamos ainda que parte dos objetos foram substituídos por produtos industrializados, bem como há objetos que não são mais vistos na cultura como por exemplo: “[...] a balsa de talos de buriti, a bola de mangaba e a flauta de pã não são mais vistas e não foram substituídas por similares industrializados.” (COSTA, 2009, p. 34).

Também é importante ressaltarmos que na cultura Nambiquara, a aldeia com os espaços que a envolve como florestas, campos, rios, montanhas são lugares de memória, e formam regiões e fronteiras que demarcam os espaços dos povos indígenas e se manifesta principalmente através dos mitos. Os elementos culturais têm uma importância na formação indenitária que se estabelece através de objetos, artefatos e costumes milenares, por exemplo a Aldeia “*sxijyensu*” que é o local de grande representatividade para os indígenas, nele se consagra toda a forma de organização e são concebidos como espaços de memória do grupo, como observamos no próprio sentido etimológico *sxijyensu* (*sxi* = casa; *yensu* = rosto). (COSTA, 2008, p. 172). Portanto, é o local que proporciona formas de saber, sentir e pensar dos grupos indígenas Nambiquara.

Este jogo de palavras nos permite observar que na língua Nambiquara esta terminologias estão relacionadas com a vivência cotidiana dos grupos, pois a palavra “*exiyensu*” (aldeia) expressa uma relação com a morada e a identificação pessoal de cada indivíduo (rostos). Neste sentido, o sentido cultural está intrinsecamente interligado com a vivência cotidiana desses povos.

Nota-se, portanto, que o universo indígena está relacionado aos aspectos físicos e culturais que fazem parte da estrutura de cada povo. A conexão com estes espaços e a interação na vida comunitária são elementos que proporcionam aprendizagem e integração dos membros ao grupo. Toda a estrutura organizacional dos povos originários é elaborada a partir de concepções relacionadas com o mundo da natureza física e sobrenatural, permitindo-nos perceber novo sentido da cultura.

No entanto, esta riqueza precisa ser ressignificada procurando dar um novo sentido para os não indígenas, pois sendo os primeiros a habitarem a região pesquisada enfrentam preconceito e racismo cultural. Notamos que são dois mundos distintos que precisam estabelecer um diálogo e interação para que haja partilha de conhecimentos e saberes.

Notamos em estudos realizados que há muito preconceito aos povos originários, como afirma Costa (2008, p. 184):

Na cidade, poucos são os que se dirigem respeitosamente aos índios, e aqueles que com os quais o fazem conseguem estabelecer boas relações. A presença dos índios em determinados estabelecimentos comerciais é inoportuna para os moradores de Comodoro que, com frequência, queixam-se dos maus tratos recebidos. Essa rejeição por parte da população citadina está presente em seus olhares e comentários depreciativos, assim como na oferta de bebidas alcoólicas aos índios mais jovens. [...] A imagem do Nambiquara não é aceita pela maioria da população de Comodoro, que a rejeita.

A imagem dos indígenas precisa ser resgatada na sua originalidade, pois estão entre os primeiros habitantes da região. É preciso conhecer melhor a cultura material ou imaterial dos povos originários buscando ressignificar e dar sentido para os não indígenas (*kwajantisu*), pois só conhecendo que se aprende a respeitar e valorizar. A partir de quando se começa a olhar para a essência da riqueza cultural desses povos e menos para aspectos materiais, a realidade tende a passar por mudanças de visão.

Diante do exposto, notamos que as produções na cultura material dos Nambiquara são exemplo de que existe um modo de vida próprio, mas que ao decorrer do tempo passou por profundas transformações advindas do contato com os não indígenas (*kwajantisu*) através dos produtos industrializados.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos elementos elencados neste trabalho destacamos que a cultura, a forma de pensar e ver o mundo dos indígenas Nambiquara difere da visão eurocêntrica dos não indígenas (*kwajantisu*). São dois mundos culturais distintos que podem se comunicar e interagir a partir do conhecimento e troca de experiências. Para isso, a necessidade de abertura principalmente dos não indígenas.

Neste estudo outro dado essencial é a lógica de pensamento e saberes que se relacionam com a dimensão do sagrado e se interligam a figura do “*wanintesu*” (pajé), que é o principal responsável por estabelecer sentido aos acontecimentos do grupo, interligando-os à dimensão do transcendente.

Notamos que os objetos materiais da cultura indígena estão interligados com a dimensão mitológica e espiritual. A explicação do surgimento de cada ritual ou objeto da cultura expressa uma dimensão transcendental, por isso é importante empregar novas metodologias para identificar estas formas de saberes e conhecimentos.

Através desta pesquisa foi possível descobrir a riqueza que perpassa o universo dos povos originários indígenas Nambiquara de Comodoro/MT. Observamos que apesar do Município se utilizar de elementos da cultura indígena em sua bandeira, na prática é necessário reconstruir uma base de estudo e diálogo que permita as pessoas reconhecerem o sentido e a importância que estes povos têm na realidade atual. O primeiro passo para que isso aconteça é o respeito e a capacidade de escuta, fazendo com que qualquer

forma de preconceito seja superada. Portanto, este trabalho nos permitiu ver com novo olhar o sentido da cultura indígena procurando ressignificar e dar um novo sentido principalmente para os não indígenas aos diferentes elementos que fazem parte da cultura e dos costumes dos povos originários indígenas.

REFERÊNCIAS

BANIWA, Gersem. *Educação escolar indígena no século XXI: encantos e desencantos*. Rio de Janeiro: Mórula, Laced, 2019.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 27 abr. 2022.

BRIGHENTI, Clovis Antonio. Movimento indígena no Brasil. In: WITTMANN, Luisa Tombini. *Ensino (d)e História Indígena (Org.)*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

COMODORO, Prefeitura Municipal de. *Três dias de festas marcaram as comemorações do dia do índio em Comodoro*. Comodoro, 2022. Disponível em: <https://www.comodoro.mt.gov.br/Imprensa/Noticias/Tres-dias-de-festas-marcaram-as-comemoracoes-do-dia-do-indio-em-comodoro-1959/>. Acesso em: 13 set. 2022.

COSTA, Ana Maria Ribeiro Fernandes Moreira da. *Além do artefato: cultura material e imaterial Nambiquara*. EdUFMT, 2009.

COSTA, Ana Maria Ribeiro Fernandes Moreira da (org.). *Senhores da Memória: Uma história do Nambiquara do cerrado*. Cuiabá: Unicen, 2000.

COSTA, Ana Maria Ribeiro Fernandes Moreira da (org.). *Wanistesu: um construtor do mundo Nambiquara*. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2008.

COSTA, Luciana Raimunda de Lana. *Letramento Literário: a Identidade do Ser*. Dissertação (Mestrado) Universidade Estadual do Mato Grosso, Cáceres, 2019.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *História & Fotos - Comodoro*, 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/comodoro/historico>. Acesso em: 12 de julho de 2022.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Tristes Trópicos*. Trad. Wilson Martins. São Paulo: Editora Anhembi Limitada, 1957.

LUCIANO, Gersem dos Santos. *O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006.

PEREIRA, Adalberto Holanda. O pensamento mítico dos Nambikwára. *Antropologia*. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas, n. 36, 1983.

RAMOSE, Mogobe B. Globalização e Ubuntu. In: SANTOS, Boaventura de Souza; MENESES, Maria Paula. *Epistemologia do Sul*. Coimbra: Edições Almedina, 2009.

REESINK, Edwin. *Os Sabanê e os povos do Nambikwára do Norte: etno-histórias das ruínas da história e de recriações tardias*. Tellus, ano 15, n. 29, p. 113-133, jul./dez. 2015. Campo Grande, MS.

SANTOS, Boaventura de Souza; MENESES, Maria Paula. *Epistemologia do Sul*. Coimbra: Edições Almedina, 2009.

VIEIRA, Fernanda Jardim. *Memórias de Migrantes e Iconografias na Composição do Ensino de História em Comodoro*. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual do Mato Grosso, Cáceres, 2021. 154 f.